

# Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões – SBCE

Instituição e regulamentação

Rede Clima da Indústria

01/04/2025

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS



COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS VERDES (CGFIN)  
(foco na REGULAMENTAÇÃO DO SBCE, a partir  
da perspectiva do setor industrial)

Dados e modelagens

MRV de emissões e remoções

Offsets e REDD+

COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS VERDES (CGFIN)  
(foco na REGULAMENTAÇÃO DO SBCE, a partir  
da perspectiva do setor industrial)

Dados e modelagens

Apoio Programa  
Euroclima

**Foco:**

- Cobertura do SBCE (atividades, fontes e gases regulados) e início de discussão sobre orçamento de carbono, do ponto de vista das SETORES INDUSTRIAIS

- ✓ Revisão e análise das EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS no que se refere à identificação das atividades, fontes e GEE regulados nos sistemas de comércio de emissão da Califórnia, México e Nova Zelândia.
- ✓ Revisão e análise de ESTUDOS QUANTITATIVOS E MODELAGENS relacionadas à definição de metas de redução de emissões para o setor industrial no âmbito de um mercado de carbono: modelagem BLUES (Plano Clima/NDC); modelagem Projeto PMR Brasil; modelagem de mercado de carbono da CNI

COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS VERDES (CGFIN)  
(foco na REGULAMENTAÇÃO DO SBCE, a partir  
da perspectiva do setor industrial)

MRV de emissões e remoções

**Foco:**

- Diretrizes para a mensuração, relato e verificação de E/R do setor industrial

Apoio Programa  
Euroclima

Apresentação de PROPOSTAS de

- ✓ Normativo contendo REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE MONITORAMENTO de emissões e remoções
- ✓ Normativo contendo REGRAS E DIRETRIZES PARA O RELATO ANUAL DE EMISSÕES E REMOÇÕES

Setores prioritários: CIMENTO, FERRO E AÇO, ALUMÍNIO e PAPEL E CELULOSE

COORDENAÇÃO-GERAL DE FINANÇAS VERDES (CGFIN)  
(foco na REGULAMENTAÇÃO DO SBCE, a partir  
da perspectiva do setor industrial)

Offsets e REDD+

Apoio Programa  
UK Pact

**Foco:**

- Aceitação de CRVE (tipos de atividades de projetos elegíveis; credenciamento de metodologias; questões relacionadas ao registro dos ativos);
- Acompanhamento da agenda da ENREDD+

- ✓ Recomendações para aceitação de créditos compensatórios (*offsets*) no SBCE, considerando escopos elegíveis, metodologias e requisitos de integridade dos créditos, dentre outros elementos de desenho do mecanismo doméstico de crédito
- ✓ Recomendações para integração do registro central aos registros de padrões de certificação de carbono



# Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que estabelece o marco regulatório do mercado de carbono no Brasil, foi instituído pela Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024. Essa política tem como objetivo principal reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e estimular inovações tecnológicas de baixo carbono. O modelo adotado se inspira em ferramentas similares utilizadas em grandes economias globais, reconhecidas por sua capacidade de promover reduções significativas nas emissões nacionais. Assim, o SBCE segue uma tendência internacional e se consolida como uma das principais estratégias de mercado para o enfrentamento das mudanças climáticas.

A Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDES) desempenhou um papel central no desenvolvimento desse marco regulatório, contribuindo com subsídios técnicos ao longo de todo o processo. Entre abril e julho de 2023, a SDES coordenou discussões técnicas com o objetivo de mapear as necessidades regulatórias para a implementação do mercado de carbono. Essas discussões contaram com a participação de dez ministérios, incluindo o Ministério da Fazenda (MF), Casa Civil (CC), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), além do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

A SDES também acompanhou a tramitação do projeto de lei desde a sua aprovação inicial, em 5 de outubro de 2023, na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, até a aprovação final PL nº 182/2024 na Câmara dos Deputados, em 18 de novembro de 2024.

Reuniões

Estudos

Eventos

GT-SBCE

Roadmap

Normativos

**Grata!**  
**[sev.dcarb@mdic.gov.br](mailto:sev.dcarb@mdic.gov.br)**

MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO,  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO  
E SERVIÇOS

